

URBANISMO ■ Estatuto da Cidade será a base para legalizar as ocupações

Governador vai regularizar a invasão de Arapoanga

F.GUALBERTO/GDF

Marcella Oliveira

A regularização de Arapoanga, em Planaltina, será feita a custo zero para a população de baixa renda que vive na invasão. A medida foi anunciada ontem pelo governador José Roberto Arruda, durante projeto *Governo nas Cidades*. Com base no Estatuto das Cidades, a escritura para quem recebe até cinco salários mínimos sairá de graça. No entanto, a regularização pode demorar muito tempo para sair do papel, pois ainda não há licenciamento ambiental nem projeto urbanístico.

A invasão surgiu há 14 anos e hoje abriga cerca de 45 mil moradores. Segundo o governador Arruda, a situação na região é complicada. A maior parte da área é particular. Como é uma região de baixa renda, a Terracap e a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente trabalham junto com os proprietários para resolver a questão.

Além do limite de renda mensal, o Estatuto das Cidades também estabelece que os lotes devem ter no máximo 250 metros quadrados. Tanto os proprietários das terras quanto o governo terão que rever o parcelamento dos lotes. A maior parte da área é particular, mas nem mesmo o governo sabe qual é a dimensão.

É uma população de baixa renda e que não vai pagar pelos lotes. O governo está tentando re-



Ao lado do vice Paulo Octávio, Arruda anuncia que os moradores de baixa renda não terão despesa

solver a questão e espero que logo a gente possa entregar as escrituras – disse o governador.

Segundo o secretário de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Cássio Taniguchi, ainda é preciso definir os limites urbanísticos da área total para iniciar o processo de regularização.

– É uma invasão que não há mais como reverter. Como é uma área de baixa renda, o governo trabalha junto com o proprietário para resolver a questão – disse o secretário.

Taniguchi explicou que no

projeto urbanístico é preciso destinar 35% ao sistema viário e equipamentos comunitários, segundo exigências do Estatuto das Cidades. Disse que não há dificuldades no diálogo com os proprietários e que quando o dono não tem interesse pelo terreno ou quando não se conhece o proprietário, é o governo que assume todos os passos.

– Há casos que nem se sabe o que é proprietária, então tomamos a frente. Trabalharemos nessa questão de Arapoanga, mas

ainda vai demorar para que todo o processo seja concluído – afirmou Taniguchi.

Outra medida anunciada pelo governador Arruda durante o *Governo nas Cidades* é que o Plano Diretor Local (PDL) de Planaltina foi reformulado, está pronto e será encaminhado para a Câmara Legislativa. No PDL anterior havia uma área considerada como rural e que hoje está ocupada. Então, foi feita a reformulação para para incluir como área de expansão urbana.